

Coleção Tribunais e MPU  
Coordenador HENRIQUE CORREIA

RODOLFO GRACIOLI

# TEMAS DE REDAÇÃO

5  
PARA OS CONCURSOS DE ANALISTA  
E TÉCNICO DO TRT, TRF, TRE E MPU

6.<sup>a</sup> edição

Revista, atualizada e ampliada

2025

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# *OUTROS TEMAS COMENTADOS*

## 1. INFLUÊNCIA DA CULTURA ESTRANGEIRA PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil é um país marcado por um intenso **processo de miscigenação** que resultou em uma **composição cultural diversificada**. Assim sendo, a identidade do povo brasileiro foi marcada por diferentes influências, garantindo um espaço de vivências múltiplas. Por isso, a cultura estrangeira tem sido uma realidade cada vez mais nítida no cotidiano da população brasileira. Neste ponto, a abordagem textual pode fazer referência a alguns elementos dialógicos:

- **Nacional x Internacional:** a influência perante o cenário de globalização é praticamente natural. Entretanto, em alguns casos, o estrangeirismo tem sido exaltado de tal maneira que os traços culturais nacionais são desmerecidos ou inferiorizados. Neste ponto, é importante destacar que não existe a necessidade de se estabelecer um método comparativo que hierarquize as relações entre as diferentes culturas, mas é preciso identificar procedimentos que reconheçam a importância da cultura nacional.
- **Consumo da cultura estrangeira:** a indústria cultural acabou por influenciar o gosto, juízo de valores e consumo da população. Destaca-se que após a década de 1950, os Estados Unidos da América ganharam papel central na disseminação de seus traços culturais (principalmente por conta do cinema hollywoodiano). Neste sentido, a cultura estrangeira ganhou forte espaço, visto que as pessoas acabam consumindo a **produção artística de outros países**, simplesmente pelo fato de que esta é a que está em alta e “pressiona” o mercado. Observa-se que não existe a intenção de desmerecimento (já que existem produções de elevado conteúdo). Entretanto, estabelece-se uma visão crítica sobre o **consumo pelo consumo**, ou seja, oriundo de uma pressão/exaltação do mercado. Nesta lógica, o reconhecimento social se dá pelo consumo de séries, músicas, filme ou da literatura internacional.
- **Globalização e linguagem:** o espaço de vivência múltipla (ambiente virtual) permite um intercâmbio de informações que beiram o potencial de aglutinação na cultura nacional. O maior exemplo é a linguagem. Atualmente, a língua “pátria” é deixada em um segundo plano, visto o acréscimo de vocábulos estrangeiros (principalmente da língua inglesa). Por isso, a inclusão de termos estrangeiros, dentro de um país com dimensões territoriais gigantescas e com dialetos regionais diferenciados, pode representar um “risco” à identidade do país. Para tanto, muitos especialistas defendem que

a cultura/língua nacional deve ser resgatada com maior ênfase, o que não resulta na negação da cultura estrangeira, mas no “convívio” saudável e harmônico.

Desta forma, é praticamente redundante falar da interação entre diferentes culturas. O que assistimos na atualidade é uma fusão cultural, o chamado **sincretismo cultural**, que proporciona o aparecimento de novas formatações culturais (de âmbito filosófico, religioso ou cultural). Esse espaço de **diversidade acaba trazendo a visão de cultura hegemônica** – como é o caso da cultura estadunidense que, em alguns aspectos, é amplamente difundida e idolatrada.

Se voltarmos aos contextos históricos remotos, o mesmo acontecia com a **visão eurocêntrica de mundo, onde a Europa era o centro do processo decisório**, o modelo a ser seguido, reproduzido e “copiado”. Na produção artística, as vanguardas europeias também foram referências para constituição de procedimentos artísticos nacionais. Para tanto, na produção textual é importante destacar que a influência de outras culturas sempre existiu, alterando a intensidade e os elementos **intrínsecos ou extrínsecos**.

Todos esses elementos abordados acabam reforçando uma necessidade de identificação com as raízes de um país. No caso, esse é um desafio. **Resgatar os elementos constituintes da cultura brasileira, revitalizar traços tidos como tradicionais e, por conseguinte, ultrapassados, é tarefa árdua. Um dos exemplos emblemáticos é o descaso com que a população indígena é tratada na realidade brasileira – tanto no aspecto cultural**, como na configuração da legislação protetiva, etc. A valorização do que é autêntico, característico e pertencente ao contexto da identidade é algo a ser problematizado. O consumo das feições estrangeiras do mundo se torna rotulado e a grande referência do mercado.

## 2. ENSINO RELIGIOSO ENQUANTO OBRIGATORIEDADE: AVANÇO OU RETROCESSO? / QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

As discussões que envolvem a temática religião sempre apresentaram um leque amplo de polêmicas. No caso do ensino religioso enquanto componente curricular obrigatório, não é diferente. Múltiplas visões acerca desta possibilidade explicam a necessidade de debate junto à sociedade civil para que o tema seja amadurecido e a decisão tenha respaldo. Para isso, destacam-se alguns pontos:

- **Estado laico:** a Constituição Federal de 1988 define o Brasil como um Estado Laico, o que garante a liberdade religiosa para sua população. Assim, na concepção daqueles que são contrários ao Ensino Religioso seria uma forma de agir contra um pressuposto constitucional, promovendo uma doutrinação das crianças e adolescentes, visto que a formação dos professores não é “única e singular”, o que não garante como a disciplina chegaria aos mais variados contextos escolares. Além disso, para outra parcela crítica à proposta, o ensino pragmático das religiões já acontece de maneira dissipada

nos mais variados anos escolares, principalmente na disciplina de História. Para tanto, não é preciso torná-lo uma disciplina específica.

- **Neutralidade:** na visão daqueles que defendem o ensino religioso obrigatório, seria uma forma de estabelecer uma visão neutra sobre as mais variadas crenças religiosas, possibilitando um contato maior dos alunos com a temática. Para isso, a formação dos professores seria ponto central, visto que não se trata de uma forma de doutrinar ou disseminar princípios de uma ou outra religião, mas de buscar o domínio sobre as características de cada uma delas.

Certamente, o tema religião acaba envolvendo contextos de variação questionável por diferentes setores da sociedade. Isso por conta da elevada polêmica que cerca as diferentes concepções de mundo e, automaticamente, os temas **polêmicos abordados pela esfera religiosa**. No Congresso Nacional, a chamada “bancada evangélica”, que representa interesses de grupos religiosos, tem elevado sua representatividade. Este ponto abre margem para debater a relação entre política e religião.

Por conta deste contato inevitável na estrutura brasileira, temas como o ensino religioso obrigatório ganham espaço nos debates acalorados do sistema bicameral (Câmara dos Deputados e Senado). Para se ter uma ideia, o Brasil é o país com maior número de católicos do mundo, ainda que a Igreja Católica tenha perdido fiéis nos últimos anos.

**Em números, temos:**

- O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou em fevereiro de 2024, dados do Censo 2022 com o mapeamento de mais de 111 milhões de coordenadas. O Brasil contabilizou 579.800 templos religiosos em 2022, mais do que o número de instituições de ensino (264.400) e unidades de saúde (247.500) somadas.
- A Região Norte é a que concentra a maior relação entre o número de estabelecimentos religiosos e o total da população. Há 79.650 igrejas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, o que representa a média de 459 para cada 100 mil habitantes, quase o dobro do valor do Brasil como um todo.
- O Acre lidera a média nacional, com 554 igrejas para cada 100 mil habitantes, seguido de Roraima e Amazonas, ambos com 485 para cada 100 mil. Do lado oposto, a região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) é a que tem a menor relação entre o número de igrejas e a população, com 226 para cada 100 mil.

Por natureza e pela “**geografia das religiões no território brasileiro**”, o debate tende a se apresentar intenso. Quando comparado ao aspecto político, os nuances são ainda mais avantajados. Nesse meio, outros temas polêmicos se somam ao ensino religioso obrigatório:

- Redução da maioria penal;
- Legitimação das relações entre pessoas do mesmo sexo;
- Questão do aborto;

Vale destacar ainda que as discussões relacionadas à religião mobilizam **enfrentamento a nível global**. O enfrentamento entre forças extremistas e a doutrinação impositiva tem resultado na morte de inocentes. Uma das áreas de maior conflito é a região do Oriente Médio, marcada pela **vulcanização de movimentos islâmicos extremistas** que declaram a guerra santa contra aqueles que não se convertem para suas práticas.

► **IMPORTANTE!**

Nessa divisão tênue do Islamismo notamos a explicação para tantos conflitos. De modo geral, o embate se dá entre **sunitas** (defendem que o sucessor de Maomé seja escolhido por consenso na comunidade – representam **85% dos muçulmanos**) e **xiitas** (defendem que o sucessor do Maomé seja alguém da família de Maomé – representam **15% dos muçulmanos**). Reconhecendo as subdivisões, os conflitos tornam-se corriqueiros e inteligíveis visto que a tolerância religiosa é elemento escasso nas áreas ocupadas por estes extremistas.

Destaca-se ainda que o embate religioso com relação ao mundo islâmico exige um afastamento das terminologias – muçulmano e terrorista. Este é um elemento comparativo errôneo, visto que os terroristas representam uma parcela reduzida dos muçulmanos, ou seja, **não são todos muçulmanos que são terroristas**.

**A geografia dos muçulmanos descreve o teor dos conflitos:**

- **Oriente Médio e norte da África:** 91% de muçulmanos;
- **África subsaariana:** 30% de muçulmanos;
- **Ásia e Pacífico:** 25% de muçulmanos;
- **Europa:** 6% de muçulmanos;
- **Américas:** 0,6% de muçulmanos;
- **Total no mundo:** 23% de muçulmanos.

Com a explanação abrangente acerca da fundamentação religiosa que origina debates polêmicos, é possível notar as disparidades existentes entre os discursos. Para tal, cada contexto comporta uma problemática evidente (seja uma discussão legislativa ou a perseguição entre grupos religiosos dicotômicos).

**Etimologia da palavra religião:** Em suma, o vocábulo **“religião”** é de origem latina, formado a partir de duas palavras – *religare* e *religio*. “Re” é um prefixo que significa **novamente, outra vez**. O verbo *ligare* denota **unir, vincular, juntar**. Portanto, religião significa a “religação” de duas partes distintas: a sagrada e a profana. O profano compreendido enquanto elementos que comportam o mundo terreno: água, fogo, ar, animais e homens, por exemplo. O sagrado compreende as divindades que se encontram separadas da natureza terrena.

Nesse ordenamento crítico do debate religioso, o pressuposto inicial é que ao adotar preceitos de uma determinada religião, a pessoa se encaixa em uma visão de mundo específica. O posicionamento frente aos temas, teoricamente, estará ligado ao que a religião sustenta. Neste sentido é que **religião se aproxima da construção de aceitação, cumprimento e obediência** por parte de seu devoto, a fim de que haja uma conexão com o sagrado.

### 3. PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

▶ GASTOS EM EDUCAÇÃO	
<b>Percentual dos gastos públicos</b>	
• Brasil	19%
• OCDE	13%
<b>Percentual do PIB</b>	
• Brasil	6,1%
• OCDE	5,6%
<b>Gasto por aluno*</b>	
• Brasil	US\$ 2985
• OCDE	US\$ 8,952
* por paridade de poder de compra	

Fonte: Education at a Glance 2014, OCDE.

O sistema educacional brasileiro apresenta inúmeras lacunas. As constatações são históricas, metodológicas, conceituais e experimentais. Diferente do que se pensa, o investimento destinado para educação não é o grande vilão (fuga do senso comum para uma prova de redação é fundamental). O grande equívoco que atrasa o avanço do segmento educacional está na má gestão das verbas destinadas, assim como a falta de um monitoramento efetivo sobre as reais prioridades a serem sanadas. É gritante que a educação brasileira suplica por socorro e, desenvolver uma análise crítica sobre os mais variados problemas do sistema exige um olhar atento para os dados mais recentes.

- Dados da Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa): Mais da metade dos estudantes brasileiros de 15 anos apresentou um baixo nível de criatividade na resolução de problemas sociais e científicos. O dado foi divulgado em junho de 2024 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avaliou 56 países, e o Brasil ficou em 44º lugar. No Brasil, 54,3% apresentaram baixo nível de criatividade. A avaliação também é conhecida como Pisa, sigla em inglês para “Programa Internacional de Avaliação de

Estudantes”. Ela é considerada uma das mais importantes do mundo, porque mede os conhecimentos de matemática e leitura dos alunos de escolas públicas e particulares. O Pisa deste ano também mostrou as habilidades dos jovens em identificar figuras geométricas e interpretação de textos mais longos. A prova de 2022 começou a avaliar também a criatividade dos participantes, que precisaram sugerir soluções originais para uma situação-problema. Também foi classificada a capacidade de usar a escrita e a arte para pensar em novas ideias, e se eles têm imaginação para criar histórias fora do padrão. O Brasil ficou na 44ª posição entre os 56 membros da OCDE e parceiros, atrás do Uruguai, Colômbia e Peru. Em uma escala de 0 a 60, o Brasil somou 23 pontos, 10 abaixo da média da OCDE. A diferença entre os alunos brasileiros mais pobres (19 pontos) e os mais privilegiados (30 pontos) foi de 11 pontos. A área de criatividade do Pisa com menor pontuação no Brasil foi a de resolução de problemas científicos. Abaixo do Brasil, ficaram Arábia Saudita, Panamá, El Salvador, Tailândia, Bulgária, Jordânia, Macedônia do Norte, Indonésia, República Dominicana, Marrocos, Uzbequistão, Filipinas e Albânia. Ao todo, 54,3% dos alunos brasileiros ficaram entre os níveis 1 e 2 de criatividade, os mais baixos do Pisa. Isso significa que eles conseguem fazer apenas desenhos isolados e simples, de assuntos ligados ao cotidiano. Eles também apresentam ideias óbvias e têm dificuldade de propor mais de uma solução para um problema, segundo a pesquisa.

- **Salário dos professores brasileiros:** O Brasil investe menos em educação do que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de acordo com o relatório *Education at a Glance 2023*, lançado em setembro de 2023 que reúne dados da educação dos países membros do grupo e de países parceiros, como o Brasil. O relatório da OCDE mostra que, enquanto o Brasil investiu em 2020 US\$ 4.306 por estudante, o equivalente a aproximadamente R\$ 21,5 mil, os países da OCDE investiram, em média, US\$ 11.560, ou R\$ 57,8 mil. Os valores são referentes aos investimentos feitos desde o ensino fundamental até a educação superior. Os investimentos no Brasil se reduziram entre 2019 e 2020. Em média, na OCDE, a despesa total dos governos com a educação cresceu 2,1% entre 2019 e 2020, a um ritmo mais lento do que a despesa total do governo em todos os serviços, que cresceu 9,5%. No Brasil, o gasto total do governo com educação diminuiu 10,5%, enquanto o gasto com todos os serviços aumentou 8,9%. Na análise da OCDE, isso pode ter ocorrido devido à pandemia de covid-19. “O financiamento adequado é uma condição prévia para proporcionar uma educação de alta qualidade”, diz o relatório. A maioria dos países da OCDE investe entre 3% e 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) no ensino fundamental e médio, chegando a pelo menos 5% do PIB na Colômbia e em Israel. A porcentagem de investimento brasileira não consta desta edição do relatório. Sobre essa medida de investimento, a OCDE faz uma ressalva: “O investimento na educação como porcentagem do PIB é uma medida da

prioridade que os países atribuem à educação, mas não reflete os recursos disponíveis nos sistemas educativos, uma vez que os níveis do PIB variam entre países”. As despesas por aluno variam muito entre os países da OCDE. A Colômbia, o México e a Turquia gastam anualmente menos de US\$ 5 mil por estudante, ou R\$ 25 mil, enquanto Luxemburgo gasta quase US\$ 25 mil, ou R\$ 125 mil. Existem também diferenças significativas nas despesas por estudante de acordo com a etapa de ensino. Por lei, pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil deve investir pelo menos 10% do PIB em educação até 2024. Segundo o último relatório de monitoramento da lei, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, “bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação”, diz o texto do Inep.

- **Os 10 anos do Plano Nacional de Educação (PNE):** A Campanha Nacional Pelo Direito à Educação apresentou em junho de 2024, em audiência na Câmara dos Deputados, o relatório “10 anos do Plano Nacional de Educação”. O documento mostrou que, **das 20 metas previstas na Lei 13.005/2014 – como melhorar os índices de alfabetização e universalizar a educação infantil –, apenas 4 foram atingidas ou parcialmente atingidas no período.**
- **Meta 7:** melhorar o fluxo de aprendizagem e aumentar as médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – parcialmente cumprida;
- **Meta 11:** triplicar as matrículas no ensino profissional e técnico – parcialmente cumprida;
- **Meta 13:** aumentar a qualidade de formação dos professores de ensino superior – parcialmente cumprida.
- **Observação:** A meta 14, que determina que ao menos 60 mil pessoas recebam o título de mestres, chegou a ser superada em 2017, mas teve uma leve queda após a revisão de dados em 2022 (59.374). Será preciso aguardar a contagem até o fim de 2024 para considerar que o objetivo foi alcançado.

Os maiores obstáculos foram:

- corrigir os problemas de alfabetização dos alunos;
- universalizar o acesso de crianças de 6 a 14 anos ao ensino fundamental (a situação piorou após a evasão escolar na pandemia);
- recuperar as matrículas perdidas na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- reduzir as distorções de idade-série dos alunos;
- diminuir o analfabetismo funcional;

- melhorar as condições de trabalho dos professores.

E houve os seguintes avanços importantes, segundo a campanha:

- o número de alunos pretos em creches aumentou 13,7% ao longo do PNE;
- a desigualdade entre brancos e negros na conclusão do ensino fundamental diminuiu;
- a parcela de pretos e pardos no ensino superior cresceu sensivelmente.

O documento afirma que “a avaliação de 11 das 20 metas e seis estratégias do PNE foi afetada pela restrição na abertura dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) implementada em 2022”. Entre os 38 dispositivos (estratégias mais específicas) mencionados dentro das metas do PNE, 90% não foram cumpridos, 13% estão em retrocesso e 30% apresentam lacuna de dados.

No último ciclo do PNE, de 2014-2024, havia 20 metas, como:

- universalizar o acesso à educação infantil até 2016 (objetivo ainda não alcançado; índice atual é de 93%);
- oferecer educação integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas (patamar de 2022 era de 34,4%);
- elevar a taxa de alfabetização da população para mais de 93,5% até 2015 (meta alcançada em 2017);
- aumentar a escolaridade média dos brasileiros de 18 a 29 anos para no mínimo 12 anos de estudo (resultado de 2022 foi de 11,7 anos).

### O que é o PNE?

- O PNE é um projeto de lei com as metas para a educação para a década seguinte que determina diretrizes, objetivos e estratégias para a política educacional. A Lei atual, composta por 20 metas, foi aprovada em junho de 2014 e tem vigência válida até o final de junho de 2024. Ainda assim, o Ministério da Educação (MEC) não enviou ao Congresso uma nova proposta de texto para esse documento, que é essencial na definição de metas para combater o analfabetismo, universalizar a educação básica e elevar a escolaridade média da população, por exemplo. Sem uma nova proposta em pauta, a Comissão de Educação e Cultura do Senado aprovou na terça-feira (28) um PL que pede a prorrogação do atual PNE até dezembro de 2025, o que permitiria um período de apreciação do novo plano – que ainda deve ser enviado pelo MEC. Agora, o texto segue para a Câmara. A legislação é importante porque guia as prioridades para investimento dos governos nos âmbitos federal, estadual e municipal para a educação.
- **Mau comportamento dos alunos brasileiros:** segundo relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os alunos

brasileiros lideram o ranking da indisciplina. Chamada de Talis, a pesquisa internacional sobre ensino e aprendizagem associa a indisciplina dos alunos à perda de tempo de instrução e, conseqüentemente, à oportunidade de aprender. Entre os 34 países pesquisados durante o período de 2008 a 2013, os professores brasileiros são os que mais gastam tempo para manter a ordem na sala (**20% do tempo da aula**), enquanto a **média internacional é de 13%**. Mais de 60% dos professores do Brasil dizem que 10% da sala apresentam problemas de mau comportamento. No Japão, apenas 13% dos professores relatam o problema. Outro ponto de destaque que pode ser abordado dentro de uma proposta sobre o tema é a questão da desmotivação dos alunos brasileiros. Segundo a OCDE, os alunos brasileiros estão entre os mais desanimados e desmotivados, sendo o aluno que mais passa tempo registrando (copiando) informações do quadro-negro. De fato, para uma análise crítica, o tema permite que uma abordagem bastante ampla sobre as ramificações que a discussão sobre educação oferece.

- **Infraestrutura ideal:** Apenas **0,6% das escolas brasileiras têm infraestrutura próxima da ideal para o ensino**, isto é, têm biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades básicas. O nível infraestrutura avançada inclui os itens considerados mínimos pelo **CAQI (Custo Aluno Qualidade Inicial)**, índice elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Já 44% das instituições de educação básica contam apenas com água encanada, sanitário, energia elétrica, esgoto e cozinha em sua infraestrutura. A pesquisa “Uma escala para medir a infraestrutura escolar”, realizada por professores da UnB (Universidade de Brasília) e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) levou em consideração o censo escolar de 2011.
- **Computadores nas escolas:** A grande maioria das escolas públicas urbanas (95%) tem computadores instalados em suas dependências, mas **apenas em 6% delas os equipamentos estão presentes nas salas de aula regulares**. Os principais locais de instalação dessas máquinas ainda são a **sala do diretor e a da coordenação pedagógica**. Esses são alguns dos dados revelados pela pesquisa TIC Educação 2013. Para a construção do levantamento, que avalia o acesso à tecnologia nas escolas, foram pesquisados quase mil estabelecimentos de ensino localizados em todas as regiões do País. Alguns pontos dificultam uma maior utilização deste aparato tecnológico por parte dos alunos (número reduzido de máquinas, baixa velocidade da conexão ou “congestionamento” para utilização dos laboratórios de informática). Dentro de um processo de formação de uma população cada vez mais articulada com a tecnologia, rever o modelo seria de extrema importância para o amadurecimento de estratégias de ensino e aprendizagem realmente satisfatórias.

- **Projetos de lei polêmicos (reuniões escolares):** o comparecimento dos responsáveis nas reuniões escolares dos filhos, no Brasil, é bastante questionado. Dentro deste processo, o olhar sociológico permite concluir a ampla importância de a família trabalhar de maneira articulada com a escola, oferecendo possibilidades de ascensão do indivíduo tanto na lógica do aprendizado, como no comportamento e atitudes. Tal relação tem se desvirtuado cada vez mais, apontando um grau de distanciamento que prejudica o desenvolvimento como um todo. Para isso, a exigência do comparecimento passou a ser cogitado (ponto criticado por uma parte da sociedade e exaltado por outra). Para alguns, o aspecto punitivo da proposta apresenta um caráter negativo (o que pode tangenciar ainda mais a aproximação entre família-escola, desgastando uma relação já fragilizada). Por outro lado, uma parcela de ativistas, educadores e da própria sociedade civil, acredita que este seja um caminho paliativo, porém emergencial, para que o problema possa ser debatido, amenizado e, a longo prazo, solucionado de maneira espontânea e natural.

Portanto, os desafios que envolvem o sistema educacional brasileiro são múltiplos. A perda do significado da escola para a vida coletiva, a necessidade de resgatar o potencial socializador da mesma, as problematizações de se debater o **papel da escola na vida do indivíduo**, entre outros aspectos, acabam influenciando diretamente a vida do indivíduo.

No atual momento da vida em sociedade, o questionamento acerca das instituições sociais tornou-se corriqueiro. A **família, a escola, a religião ou o Estado** são esferas que sofrem com duras críticas por não atuarem da maneira como deveriam. Por esse elemento de fragilização das instituições sociais é que a escola tem ficado abarrotada de funções. A família, enquanto instituição social tem apresentado dificuldades de socializar o indivíduo, estabelecer regras ou apresentar as condições limítrofes de mundo. Terceiriza o papel da educação moral para a escola que, questionada por sua clientela, se vê em posição desfavorável.

Contudo, o grande obstáculo para o desenvolvimento educacional passa pelo diálogo com outras esferas. O resgate da função da escola na **obtenção do capital cultural dos indivíduos**, associa-se ao papel da família. O Estado, por sua vez, tem responsabilidades múltiplas na manutenção da ordem, no regramento e na garantia das liberdades e sustentação de direitos. Enquanto a escola for analisada como uma “caixinha” isolada, certamente o caos educacional ou o estelionato pedagógico serão evidentes em nossa realidade.

#### 4. MOBILIDADE URBANA E A QUESTÃO DAS CICLOVIAS

O processo de urbanização e o crescimento desordenado das cidades resultou em problemas estruturais e funcionais para as cidades. Cada vez mais a discussão sobre o processo de deslocamento interno das pessoas e as estratégias que viabilizem esta prática se coloca como pauta fundamental. O colapso do trânsito, o

tempo despendido no trajeto casa – trabalho – casa, a situação de estresse rotineiro (desgaste físico e mental), dentre outros aspectos são pontos debatidos por especialistas, com o objetivo de construir modelos de mobilidade saudáveis em todos os aspectos (sociais, ambientais, demográficos e econômicos).

► FROTA DE VEÍCULOS EM SÃO PAULO POR ANO	
• 1980	1.604.135
• 1991	3.614.769
• 2000	5.128.234
• 2001	5.318.888
• 2002	5.491.811
• 2003	5.649.318
• 2004	5.807.160
• 2010	6.954.750

Fonte: Prefeitura de São Paulo e DETRAN.

- **Frota de veículos:** a frota de veículos no Brasil cresceu 43,7% entre 2010 e 2022, com base em dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE). A frota de veículos saltou de 64 milhões em 2010 para 115 milhões em 2022. Vale lembrar que fatores econômicos, sociais e históricos acabam influenciando no crescimento das cidades e, conseqüentemente, na dinâmica da frota de veículos. O aspecto problemático do tema é como as cidades não estão preparadas para esse aumento exponencial de veículos, o que acaba por gerar desafios diários para grande parte da população. Além disso, observa-se a necessidade das políticas públicas para ampliar a qualidade dos transportes coletivos.
- **Relação automóveis/população:** Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) revelou que a frota de veículos em circulação no Brasil atingiu, em dezembro de 2023, 119.227.657 unidades. O número foi apurado com base no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) pago no ano passado. Segundo o instituto, as maiores quantidades de veículos se encontram nos Estados de **São Paulo (33.264.096)**, **Minas Gerais (13.481.706)**, **Paraná (8.838.800)**, **Rio Grande do Sul (8.075.318)**, **Rio de Janeiro (7.705.012)** e **Santa Catarina (6.189.405)**, por ordem de colocação. Já a menor está no Estado do Amapá, com apenas 242.574. Considerando uma população de 203.062.512, segundo o último Censo do IBGE, há um carro para cada 1,7 habitantes. Quando se trata de proporção de veículos em circulação por habitante, a maior proporção, de 0,81, vem de Santa Catarina, seguido dos Estados do Paraná, com 0,77, Rondônia com 0,76 e de São Paulo, com 0,75.

Já os menores resultados foram de 0,29, no Amazonas, sendo que Maranhão e Pará vem a seguir com 0,31 e 0,32, respectivamente. Segundo o IBPT, **a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no Brasil atingiu o total de R\$ 81,02 bilhões em 2023, demonstrando um aumento de 23,58% se comparado com 2022.**

- **Questões ambientais:** outra referência de elevada importância para uma produção textual diz respeito ao processo de disposição do trânsito com relação aos impactos ambientais. A ideia do desenvolvimento sustentável pressupõe uma preocupação majoritária com a preservação ambiental, oportunizando alternativas que se preocupem com o delimitar de consumo dos espaços geográficos. Por isso, estudos recentes demonstram o impacto da poluição na vida da população dos grandes centros urbanos. De acordo com o Instituto Saúde e Sustentabilidade, ligado à USP, a **poluição oriunda dos carros nas duas maiores metrópoles brasileiras mata mais do que acidentes de trânsito**. O número de mortes atribuídas à poluição no Estado do Rio, em 2011, foi de 4.566, 50% a mais que os óbitos em acidentes de trânsito, que foram 3.044. Em São Paulo a poluição provocou o dobro de mortes, 15.700 frente aos 7.867 do trânsito. Ainda que a poluição sofra redução, as projeções futuras não são animadoras. O grande vilão da poluição são os carros. Para se ter uma ideia do tamanho do problema, o índice de poluição no Rio de Janeiro ultrapassa duas vezes a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

## 5. QUESTÕES DE GÊNERO: ASCENSÃO DA MULHER NA SOCIEDADE

O papel da mulher ao longo da história passou por transformações que exigem uma reflexão conjuntural, reconhecendo as características do contexto histórico e, além de tudo, da localidade geográfica em questão. Neste processo de lutas e modificações, a própria história da humanidade assistiu a um **novo modelo de inserção da mulher** (no mundo Ocidental, principalmente), onde temas e questionamentos foram aparecendo. Alguns destes superados com elevada naturalidade. Outros, tratados como imensos tabus e norteados por inúmeras **falácias, informações não concretas e propulsoras de ações violentas e discriminatórias**. Por esse elevado potencial que o tema oferece, a discussão sobre o papel da mulher na sociedade do século XXI objetivando um olhar crítico para as transformações é fundamental para uma produção que ofereça esta proposta.

- **Mulher e a política:** sem direcionar a análise para os méritos ou deméritos da gestão pública, o cenário político internacional tem convivido cada vez mais com as mulheres em importantes postos políticos. Apesar disso, no Brasil, há uma subrepresentatividade feminina na política. Vale lembrar que o Brasil tem a população de mulheres maior que a de homens (são cerca de 6 milhões a mais de mulheres e automaticamente, mais eleitoras do que eleitores).

- **Lei do Feminicídio (Lei 8.305/2014) e a questão da violência contra a mulher no Brasil:** a tipificação do feminicídio como crime hediondo no Código Penal tornou-se lei no Brasil, em março de 2015. Este instrumento formalizado e legitimado pela lei soma-se à Declaração sobre Eliminação da Violência contra a Mulher, adotada em 1993 pela Assembleia Geral da ONU; à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1995); além da Resolução da 57ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU. O termo feminicídio é utilizado na América Latina e Caribe. Outros **15 países da região já modificaram sua legislação** para proteger as mulheres (destaque para Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela). Os dados do Atlas da Violência 2024 apontaram que quase 50 mil mulheres foram assassinadas no Brasil entre 2012 e 2022. Os números apontam que pelo menos 48.289 morreram nesse período. Só em 2022, o número de mulheres mortas foi de 3.806. O documento ressalta, ainda, que 221.240 mulheres de todas as idades foram vítimas de algum tipo de agressão. A maioria das agressões, 144.285, acontecem no âmbito familiar, se encaixando nos quadros de violência doméstica. “Os dados do Atlas da Violência nos mostram que as mulheres brasileiras estão expostas à violência do nascimento ao final de suas vidas”, explica Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A classificação do feminicídio como “crime hediondo” **impede que os acusados sejam libertados após pagamento de fiança, estipula que a morte de mulheres por motivos de gênero seja um agravante do homicídio e aumenta as penas às quais podem ser condenados os responsáveis, que poderão variar de 12 a 30 anos.** Os maiores índices de homicídios de mulheres são registrados nos **pequenos municípios, e não nas capitais.** A cidade de Barcelos (AM), com uma população feminina média de 11.958, registrou 45,2 homicídios por dez mil mulheres e foi o primeiro da lista. Outro dado importante do estudo é o local do homicídio: 27,1% deles acontecem no domicílio da vítima, indicando a alta domesticidade dos assassinatos de mulheres. Outros 31,2% acontecem em via pública, e 25,2%, em estabelecimento de saúde.
- **Lei Maria da Penha (11.340): Em 2024, a lei que protege mulheres vítimas de violência doméstica completou 18 anos.** Uma das medidas previstas na Lei Maria da Penha é a imposição de **uma distância mínima do agressor da vítima**, com ele ficando sob o risco de ir para trás das grades caso se aproxime da pessoa. A lei, em vigor desde 2006, protege a mulher da violência doméstica e familiar. A Lei ficou conhecida por esta denominação por conta da luta da cearense biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima do marido, o professor universitário colombiano Marco Antonio Herredia Viveros. O agressor foi a júri duas vezes. Após ONGs internacionais levarem o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, OEA, em 1998, o caso ganhou ampla repercussão. Em 2001, a mesma **Comissão responsabilizou o Estado brasileiro por negligência**

**e omissão em relação à violência doméstica contra as mulheres.** No mês de outubro de 2002, faltando apenas seis meses para a prescrição do crime, Marco Viveros foi preso e cumpriu um terço da pena (10 anos e 6 meses). Atualmente, a Lei Maria da Penha é considerada **referência para lidar** com o problema da violência doméstica e familiar. Várias inovações foram adotadas: reconhece as diferentes formas de violência sofridas pelas mulheres (física, moral, psicológica, patrimonial e sexual); introduziu as medidas protetivas em caráter de urgência que podem ser demandadas pela vítima em situações de risco de morte; aplica-se a todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino, independentemente do seu sexo biológico, como as mulheres trans; determina programas educacionais com a perspectiva de equidade de gênero, raça e etnia e grupos reflexivos para reabilitação de agressores. Dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2024, mostraram um crescimento de registros em todas as modalidades de violência contra meninas e mulheres. Incluem-se estupro de vulnerável, importunação sexual, assédio sexual, *stalking*, passando por agressões decorrentes de violência doméstica, violência psicológica e chegando à tragédia dos feminicídios. Um passo importante é compreender as percepções das mulheres brasileiras reveladas na pesquisa realizada em 2023 pelo Observatório da Mulher contra a Violência e, assim, identificar as deficiências na implementação da legislação. Surpreendentemente, a pesquisa mostra um desconhecimento sobre a lei. Das mulheres pesquisadas, 75% afirmam conhecer pouco ou nada sobre a Lei Maria da Penha e só 29% acham que a lei as protege contra a violência doméstica e familiar. **Um dos mecanismos de maior impacto da lei, as medidas protetivas de urgência, revelou-se pouco conhecido por 68% das mulheres. Já quanto aos serviços de atendimento, 95% das entrevistadas afirmam que conhecem ou ouviram falar na Delegacia da Mulher e 79% no Ligue 180. O problema, nesse caso, é que em um país com 5.569 municípios, só 417 contam com delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Para corrigir a distorção, está em tramitação no Senado o PL 1.096 de 2022 que exige a criação de Deam (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) em municípios com mais de 100 mil habitantes (até o fechamento da edição não havia sido votado).**

## 6. DESAFIOS PARA A ADOÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL: BUROCRACIA E DIFICULDADES JURÍDICAS

A questão da adoção no Brasil ainda é tema de diferentes conflitos: seja por conta da burocracia do processo, a falta de informação ou a incompatibilidade de perfis entre os interessados e as crianças. Muitas organizações não governamentais têm estimulado a “adoção tardia”, ou seja, de crianças com idade mais avançada. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil tem cerca de 5 mil crianças à espera de um lar, frente a 46 mil pretendentes na fila de adoção. A

equação não chega a um resultado final adequado por conta do perfil procurado pelos pretendentes.

- **Cadastro Nacional de Adoção:** criado em abril de 2008, o Cadastro Nacional de Adoção é uma **ferramenta para ajudar juízes das varas de infância e da juventude a cruzar dados** e localizar pretendentes para adotar crianças aptas à adoção. O cadastro é preenchido pela Justiça de cada estado e os dados são unificados. Ou seja, com o cadastro, um **casal de Rondônia consegue localizar uma criança disponível para adoção no Rio Grande do Sul. Podem fazer parte do Cadastro estrangeiros e brasileiros residentes no exterior.** Os estrangeiros **já são autorizados por lei para adotar**, mas eles devem procurar a Justiça estadual de algum estado e se candidatar.
- **Abandono da criança:** quando a criança é abandonada, a Justiça busca o contato de algum parente da **família natural**. Caso não consiga, tem-se início o processo de destituição do poder familiar. Em seguida, a criança fica disponível para adoção. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, o tempo médio para adoção de uma criança é de um ano.

Perfil das crianças para adoção:

- As pessoas pretendem meninas, brancas e com pouca idade. De acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2019 a 2023, 80% das adoções foram de crianças de 0 a 8 anos. O percentual de crianças com até dois anos foi o mais alto. Contudo, a faixa etária da busca não condiz com a realidade vista nas unidades do Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente (SAICA) do país. Segundo dados do CNJ, cerca de 69% das crianças e adolescentes na fila para adoção tem idades entre 8 e 16 anos. E 71% são negros.

O tema reacende um debate sobre as estruturas burocráticas do país. Entretanto, a adoção em si remonta discussões múltiplas. Para a sociedade, a adoção representa um ato de amor, demonstração de afeto e carinho.

Para o ordenamento constitucional, um ato jurídico a partir do qual uma criança ou adolescente, não gerado biologicamente pelo adotante, torna-se irrevogavelmente seu filho. Este é um dos pontos questionáveis, visto que perante o **ordenamento jurídico as indagações são variadas**. Adoção póstuma e filiação socioafetiva são exemplos de discussões que acontecem no STJ – Superior Tribunal de Justiça.

Em voga, ao longo de uma produção textual é importante destacar a necessidade **de humanizar o tema**. Muitas vezes, todos os dispositivos que sugerem dificuldades afastam o potencial humano do tema, a construção de famílias e a ação efetiva de melhorias para muitas crianças e adolescentes.

A própria justiça vem buscando mecanismos para ampliar a celeridade no processo de adoção. Desde 2019, o SNA já viabilizou que 21.445 crianças brasileiras encontrassem um novo lar. Boa parte delas (16 mil) foram adotadas na região Sul e

na Sudeste do país, sendo 5 mil somente no estado de São Paulo. Os dados revelam que 53% das crianças adotadas foram meninos e 47%, meninas. A maioria das crianças pardas (44%); crianças brancas representaram 35% dos adotados e as pretas foram em menor porcentagem (9%). Os dados podem ser conferidos no Painel de Acompanhamento do sistema, que é atualizado diariamente. As mudanças, basicamente técnicas, devem contribuir para uma melhor experiência aos usuários do sistema. De acordo com a diretora de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), Isabely Mota, o aperfeiçoamento favorece melhorias na comunicação dos tribunais com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ).

► **IMPORTANTE!**

A Busca Ativa é um recurso utilizado em projetos promovidos por tribunais e em âmbito nacional pelo SNA, que indica crianças de “difícil colocação” – mais velhas, com doenças ou deficiências e grupos de irmãos –, para adoção. A ferramenta tem como finalidade promover o encontro entre pessoas habilitadas e crianças e adolescentes aptas à adoção, mas que tiveram esgotadas todas as possibilidades de buscas nacionais e internacionais de pretendentes compatíveis com o seu perfil no sistema. A inserção na busca ativa exige, além de decisão judicial, a manifestação positiva das crianças e adolescentes, quando são capazes de exprimir sua vontade.

Por consequência, de maneira automática, debater a questão da adoção no Brasil exige a comparação com modelos bem-sucedidos de outros países. Além disso, para ampliar o debate, é preciso analisar o espectro cultural da adoção. Entender o **posicionamento conservador ou liberal**, antes de tudo, é oportunizar o debate sobre o tema. Apresentar intervenções coerentes com a realidade é construir coletivamente o debate, desprendendo-se de qualquer visão simplória, restritiva ou preconceituosa. De modo geral, discutir adoção é ainda falar de **“adoção tardia e especial”**, fugindo de padrões, modelos e perfis que os adotantes buscam. Por fim, a **evolução humana de debater** o tema talvez seja o maior desafio de todos.

## 7. POLÊMICA DOS TRANSGÊNICOS

Ao longo da história da humanidade, o desenvolvimento científico sempre esteve pautado em raízes dialéticas que elucidaram discussões no campo da ética. A questão da utilização dos transgênicos vai além, ampliando o debate para a qualidade de vida e os efeitos colaterais destas sementes modificadas geneticamente. Por isso, em uma proposta de redação sobre o tema, é fundamental a reflexão sobre os aspectos de polêmica que circundam a temática, visto que o período cronológico de constatação de dados e aplicação de experiências ainda é reduzido.

- **Pontos de defesa:** uma das constatações de maior peso com relação à utilização das sementes transgênicas diz respeito ao processo de explosão demográfica de algumas áreas do globo, marcadas pela pobreza, que teriam